



Avanços e caminhos do Brasil Cigano

Conquistas Interfederativas

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo Alckmin

Ministério da Igualdade Racial

Anielle Franco

Secretaria-Executiva

Roberta Eugênio

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos

Ronaldo dos Santos

Diretoria de Políticas para Quilombolas e Ciganos

Paula Balduino de Melo

Coordenação-Geral de Políticas para Ciganos

Edilma do Nascimento Souza

Ficha Técnica

Redação:

Rafael de Mesquita Oliveira Ferreira Freitas - Coordenador de Articulação, Diálogos e Políticas para Ciganos

Revisão:

Edilma do Nascimento Souza - Coordenadora-Geral de Políticas para Ciganos
Paula Balduino de Melo - Diretora de Políticas para Quilombolas e Ciganos

Diagramação:

Rafael de Mesquita Oliveira Ferreira Freitas - Coordenador de Articulação, Diálogos e Políticas para Ciganos

Coordenação de Comunicação Estratégica

Tábata Matheus - Coordenadora de Comunicação Estratégica

Conquistas legais DOS e PARA os Povos Ciganos do Brasil

Os povos ciganos têm uma longa história no Brasil, com registros que remontam a 1574, quando os primeiros ciganos chegaram ao país vindos de Portugal.

Apesar de expressiva presença, o reconhecimento legal e a implementação de políticas públicas específicas para essa comunidade começaram a ganhar força apenas a partir dos anos 2000.

O MIR tem se empenhado em conquistar direitos para os Povos Ciganos e a mapear os direitos já existentes.

Um pequeno resumo

- Decreto Nº 10.841 / 2006 - Institui o Dia Nacional do Cigano.
- Decreto Nº 6.040 / 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Decreto Nº 12.128 / 2024 - Institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos. Portaria Nº 226 / 2024 Aprova ações e compromissos estratégicos do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos para o período 2024 a 2027 e institui o seu Comitê Gestor.

Lançamento do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos

As conquistas dos povos ciganos se dão em nível federal, estadual e municipal. Conhecer algumas das garantias legais alcançadas até aqui serve para fortalecer e ampliar esses direitos.

Existem leis federais, estaduais, municipais que atendem a comunidade cigana em diferentes áreas, tais como saúde, educação, cultura, direito, infância e adolescência, proteção e defesa, religião, entre outros. Abaixo, podemos ver alguns desses exemplos:

Saúde

Portaria Nº 4.348 / 2018 Institui a Política Nacional De Atenção Integral à Saúde Do Povo Cigano no âmbito do SUS.

Educação

Lei Nº 713 / 2018 - Novo Horizonte (GO) Garantia de direito a matrícula e permanência, em instituições educacionais, e de condições para a conclusão de estudos aos grupos sociais que vivem em situação de itinerância, como ciganos. Lei Nº 1033 / 2015 - Alto Garças (MT) Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas). Garantir, na Proposta Curricular, a alfabetização de crianças estudantes do campo e de populações itinerantes (circenses, ciganos, nômades, acampados e artistas).

Cultura

Lei Nº 12.884 / 2023 Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado o Festival dos Povos Ciganos

Ações afirmativas

Lei Nº 1303 / 2023 Estabelece reservas de vagas para pessoas quilombolas e ciganas para cargos efetivos no quadro pessoal dos servidores municipais

Próximos passos

Aprovação do Estatuto Cigano

- Projeto de Lei Nº 248 / 2015, originário do Senado Federal, que cria o Estatuto do Cigano, que se tornou a PL Nº 1387 / 2022 na Câmara dos Deputados, assim como do apensado de Felipe Barros, elaborado em 2020.

Mapeamento preliminar dos Povos Ciganos

- Finalização do Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil.

Contatos

Telefone: 61 2027-3420

Email: cgpc@igualdaderacial.gov.br;

Contatos

Telefone: 61 2027-3420

Email: cgpc@igualdaderacial.gov.br;